

Registo de descrição

Data relatório
2024-05-20

RegistoPT/ADN/IEEI/003/0521 - União Europeia e Direitos Fundamentais: da Proclamação dos Direitos à sua Tutela Judicial Efectiva, por Maria Luísa Duarte

Nível de descrição	D
Código de referência	PT/ADN/IEEI/003/0521
Título	União Europeia e Direitos Fundamentais: da Proclamação dos Direitos à sua Tutela Judicial Efectiva, por Maria Luísa Duarte
Datas de produção	2007-06-25 - 2007-06-26
Dimensão e suporte	2 págs.
Entidade detentora	Arquivo da Defesa Nacional
Âmbito e conteúdo	O silêncio da versão originária dos Tratados institutivos em matéria de direitos fundamentais foi compensado pela interpretação do Tribunal de Justiça em torno dos princípios gerais de Direito Comunitário como fonte de revelação de direitos fundamentais de origem constitucional e internacional; neste caso, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem reveste significado particular. Deste modo, A tutela judicial do “bloco de fundamentalidade” é garantida, por um lado, pelos tribunais nacionais e, por outro lado, pelo Tribunal de Justiça. Não obstante, vários são os motivos que impedem a aplicação do princípio de Tutela Judicial efetiva ao Tribunal de Justiça. O presente texto reflete sobre quais as causas a este estrangulamento do II Pilar da UE, propondo, após isto, algumas soluções, as quais envolvem uma revisão dos Tratados institutivos.
Idioma e escrita	Português
Existência e localização de originais	DUARTE, Maria Luísa - "União Europeia e Direitos Fundamentais: da Proclamação dos Direitos à sua Tutela Judicial Efectiva". II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa. Lisboa: IEEI. 2007.
Existência e localização de cópias	PT_ADN_IEEI_003_0521.pdf